

AS ESTRATÉGIAS POLÍTICAS DOS REPRESENTANTES PARAIBANOS NA DÉCADA DE 1820

José Kleyton Lino Vieira dos Santos¹

O contexto das relações políticas fez parte de uma verdadeira estruturação da base social na Paraíba, no que diz respeito aos mecanismos em que a sociedade estava inserida dentro da vivência do setor político, vigente na década de 1820². Tais relações eram percebidas em diversos setores que envolviam a influência dos representantes paraibanos, a exemplo da importância do sobrenome familiar e das altas patentes militares, que realizavam diversas manobras e estratégias para se destacarem diante do cenário nacional, ainda em fase de formação, até então.

No entanto, antes de discutirmos o tema aqui referido, é de suma importância apresentar ao leitor a trajetória metodológica desta pesquisa. Para a elaboração deste trabalho tivemos oportunidade de coletar um acervo documental e bibliográfico, que foram resultados dos últimos anos de estudos no grupo de pesquisa Sociedade e Cultura na Nordeste Oitocentista, além de levantamentos frente ao projeto de iniciação científica intitulado: *Política e Administração na Província da Paraíba no século XIX*, com o plano: *Família, Política e Relações de Poder na Província da Paraíba*.

Diante do acervo bibliográfico, trabalhado ao longo dos anos de pesquisa que resultaram na elaboração do presente trabalho, tivemos oportunidade de nos deparar com textos que faziam menção a conceitos referentes e relacionados à *política e relações de poder*, no que diz respeito à inserção da província da Paraíba dentro dos referidos temas que iremos desenvolver. Junto com a bibliografia, a base documental, ou seja, os levantamentos dos arquivos e documentos da época, coletados e transcritos, também constituíram um “verdadeiro” alicerce para a elaboração e desenvolvimento de nossas pesquisas, que realmente trouxeram a tona significante resultados sobre os aspectos políticos da Paraíba e a

¹ Graduando em Licenciatura em História pela UFPB

² O recorte temporal escolhido refere-se a um período de bastante efervescência, no que diz respeito aos embates políticos entre os anos de 1822 a 1831, período este marcado pela formação do estado nacional e pelo primeiro reinado de D. Pedro I. Estes embates foram protagonizados por representantes dos poderes locais, entre as quais a província paraibana teve um importante destaque, e o poder central do Rio de Janeiro.

ação e representação dos que fizeram parte da construção do cenário paraibano diante do clima de embates e estratégias políticas na formação do estado nacional brasileiro.

Para compreendermos o processo de estruturação do setor político da província da Paraíba e todas as características que identificaram os seus representantes nas disputas frente ao poder central, então situado na província do Rio de Janeiro, é de extrema importância perceber a contextualização do cenário brasileiro diante do processo de independência, ou seja, como esses que fizeram parte do processo que estendeu durante a permanência da corte portuguesa até a unificação, se articularam para não perderem seus privilégios políticos com a realidade vigente a partir de 1822.

O contexto da formação do estado nação do Brasil significou, ao longo do período imperial, um intenso domínio da província do Rio de Janeiro para com as demais províncias, o que fez com que resultasse uma intensa rivalidade em meio à disputa de poder e da subordinação dos poderes locais para com o poder central da corte de D. Pedro I.

Podemos perceber tal afirmativa na seguinte passagem do texto de Lúcia M. Bastos P. Neves, no capítulo III da obra *O Brasil Imperial* organizado por Keila Grinberg e Ricardo Salles, intitulado “Estado e Política na Independência”, onde a autora expõe que:

De um lado, ainda que os governadores das capitanias não tivessem diminuído o poder, a centralização governamental a partir do Rio de Janeiro levou a um declínio da autonomia local, originando ressentimentos e conflitos nas chamadas pátrias (NEVES, 2009: 109).

Tal citação nos esclarece que as bases para a estruturação dos poderes províncias advinham das relações de poder que existiam entre elas no período dos governantes das capitanias, ou seja, na estrutura deixada como herança da América Portuguesa. É a partir desta concepção que percebemos as influências mantidas nas estruturas políticas das recém criadas “*províncias*”, as quais a Paraíba também estava inserida, assim como também os alicerces que perduraram no império para a manutenção de poder, dos quais podemos citar como exemplo a influência do nome familiar que trataremos mais a frente. O sentimento de contrariedade das chamadas “Pátrias Locais” fica bem mais claro quando Lúcia Bastos diz:

Em alguns momentos de tensão do jogo político, as diversas províncias, que compunham esse imenso território do Brasil, adotaram posturas que evidenciaram um conflito entre o centralismo da corte fluminense e o seu desejo de um auto governo provincial (NEVES, 2009:110).

É dentro deste enredo de tensões, em meio ao jogo político nas províncias, que as estratégias políticas irão se consolidar nos poderes locais, incluindo entre elas a Paraíba. É dentro destas questões que iremos compreender a conjuntura política na província da Paraíba, nas primeiras décadas do século XIX marcada por diversos acontecimentos que fizeram parte de um contexto de busca por privilégios e manutenção de *status quo* frente ao cenário político brasileiro, no processo de formação do estado nacional.

Mediante este contexto, é importante lembrar que a representatividade da Paraíba já tinha sido evidenciada desde a insurreição de 1817, a qual serviu como motivação para a difusão dos conflitos vigentes após a independência de 1822, por exemplo, com a confederação do Equador em 1824, a qual teve como figuras centrais uma parcela significativa de homens da elite que estiveram à frente do movimento de 1817. Esses homens foram os que representaram a província paraibana politicamente, não só internamente, assim como também diante, principalmente, com os diversos embates políticos ocorridos na Constituinte de 1823.

Em relação a esta percebemos, ao fazer uma análise preliminar de alguns discursos vigentes na *Atas dos Diários da Assembléia Constituinte de 1823*, que a participação da província da Paraíba foi relevante, diferente do que muitas vezes é muitas vezes apresentado por uma boa parcela da Historiografia e respectivamente nos livros didáticos, nos quais percebemos algumas lacunas ao retratar a temática aqui evidenciada. Ao contrário do que está perpetuado nos discursos, a província da Paraíba teve uma participação bastante significativa em todas as discussões vigorantes no plenário da Assembléia, com destaque para os deputados Joaquim Manoel Carneiro da Cunha João Cruz Gouveia e Augusto Xavier Carvalho. Estes representantes fizeram parte do contexto do jogo político paraibano e as estratégias e articulações para a manutenção de seus respectivos exercícios de poder, bem como foram bastante significativas para compreendermos os aspectos da província paraibana no período estudado.

Ainda abordando questões referentes à Constituinte de 1823, o autor José Honório Rodrigues, em seu livro intitulado *A Assembléia Constituinte de 1823*, publicado em 1974; traça um panorama bastante detalhado deste processo e de sua formação, além de expor a participação da Paraíba e as estratégias de seus representantes em seu trabalho. De início o autor analisa o sentido da palavra “Constituinte”, dentro de um contexto revolucionário, evidenciado na época da independência do Brasil, para depois estabelecer todo contexto da

Assembléia até sua dissolução. A representação dos deputados paraibanos, principalmente do Joaquim Carneiro da Cunha que se fez em diversas discussões acerca da promulgação das leis da Assembléia. Em uma delas se referia ao peso em que a constituição estava sendo implantada e os consequentes privilégios em que o Rio de Janeiro iria se estabelecer sobre as demais províncias, por obter um sistema imperial de governo. Vejamos:

Nas províncias se existia receio de não seguir a corte do Rio de Janeiro, mas a vontade de união com Portugal não se achava em nenhuma delas (...). Se houvesse motivo de pensar que alguma província tentava desunir-se da causa geral do Brasil, eu votaria por medidas próprias a conservá-las nos seus deveres, e a consolidar o nosso sistema, mas ainda assim não me lembraria de fazer depender a vida de meus concidadãos (CUNHA, 1823, p. 65-68).

Ou seja, para Carneiro da Cunha o sistema imperial não seria contrariado pelas províncias, porém o seu receio era que a Constituição não fosse exercida na Paraíba como prevalecida no poder central (Rio de Janeiro), assim como demonstra então, em sua insatisfação às leis “bárbaras” marciais da corte, presente nas referidas atas supracitadas. O projeto das leis marciais termina sendo rejeitado pela Assembléia após diversas divergências, mas o importante nesse contexto é de fato perceber os embates entre os diversos interesses dos grupos políticos representantes provinciais.

Um outro viés, não menos interessante para a elaboração desta comunicação, que busca trazer a tona o contexto político da Paraíba durante o período de formação do estado/nação brasileiro (1824 a 1831), refere-se a uma análise que utilizamos como suporte uma historiografia em que os autores tratam especificamente: do processo e da importância das elites regionais, dentro do contexto das articulações políticas frente ao processo de independência do Brasil, discutida pela Mirian Dolhnikoff em “Elites Regionais e a Construção do Estado Nacional” (2003); da questão da influência das famílias paraibanas perante a conjuntura e os privilégios diante das tensões políticas, tratado pela Linda Lewin em “Política e parentela na Paraíba” (2003) e também pelo autor paraibano Celso Mariz em “Apanhados Históricos da Paraíba” (1922).

Pesquisas realizadas no Instituto Histórico e Geográfico Paraibano (IHGP), que foi fundado em 7 de setembro de 1905, na então capital Parahyba do Norte, por um grupo de intelectuais e políticos que tiveram um grande destaque na vida pública, no período do mandato do, até então, primeiro governador republicano da Paraíba, o engenheiro militar

Álvaro Lopes Machado; permitiu-nos estabelecer contato com algumas publicações³ de artigos em revistas desta instituição, as quais descrevem o posicionamento dos seus principais produtores em se tratando dos acontecimentos históricos que envolvem a questão das estratégias políticas empreendidas na província paraibana na década de 1820.

No artigo do ano III da revista, publicada em 1911 (vol. 3), publicada sob a direção do então secretário Irineu Ferreira Pinto, existe uma conferência proferida pelo Dr. J. C. Carneiro Monteiro de 24 de maio de 1911, intitulada *A Paraíba na Revolução de 1824*, na cidade de Itabaiana na província da Paraíba. Nesta publicação o autor expõe a importância dos representantes políticos frente aos episódios que caracterizaram a confederação do Equador na Paraíba, mais precisamente os da cidade de Areia, Campina Grande, Pilar e Itabaiana. O artigo trata das ações dos principais responsáveis políticos ante ao contexto dos conflitos que tiveram como protagonistas as províncias da Paraíba, Rio Grande do Norte, Ceará e Pernambuco.

A partir dos relatos do processo que gerou o desencadeamento da Confederação, os quais demonstram uma riqueza de detalhes, neles é reproduzida a todo o instante a exaltação dos “grandes homens”, ou das “grandes figuras políticas” retratadas em vários momentos expostos como heróis e mártires, principalmente quando o autor mostra alguns representantes da cidade de Itabaiana, a exemplo de alguns padres como Felix Cardoso, João Batista Rego, Manoel Clemente Cavalcanti, entre outros, os quais “mantiveram posturas de verdadeiros defensores do patriotismo republicano” (MONTEIRO, 1911 p. 44).

Carneiro Monteiro, ao apresentar o desencadeamento da Confederação do Equador, a todo momento atenta para a representatividade dos políticos paraibanos. Vale ressaltar o destaque dado aos procedimentos com relação às negociações e as nomeações políticas, em que se percebe a importância do poder dos grupos familiares em alguns momentos do movimento, é o que se observa nas contínuas negociações entre representantes dos *legalistas* (defensores do modo político empreendido pelo governo central) e dos *revolucionários* (contrários à política central e considerada autoritária do imperador).

Os constantes conflitos travados entre essas duas representações mantinham por trás os sucessivos interesses das elites locais, que de fato eram expostos em meio ao controle do poder ideológico dos sobrenomes das grandes famílias a exemplo do próprio Carneiro da

³ Entre as publicações se destacam as do Vol. 1 e Vol. 3, que tratam com maior ênfase o objeto de estudo a ser desenvolvido.

Cunha (citado anteriormente), dos Cavalcante Albuquerque, entre outros, os quais exerciam grande domínio no cotidiano das relações de poder na Paraíba.

Outra publicação da revista do IHGP trabalhada, intitulada “*Mamanguape na política de 1822*”, de 1909, presente na revista de número I do IHGP, de autoria de Rodrigues de Carvalho, mostra as relações de poder e a importância dos grupos familiares diante da influência que mantinham por serem, também proprietários de terras. O referido autor faz um levantamento de alguns sobrenomes dominantes em meio aos principais detentores das terras na cidade de Mamanguape (PB), os quais são citados: os Gomes da Silveira, dos Barbosa Viana e dos Albuquerque de Melo. A partir da descrição da dominação dessas famílias frente ao setor rural das principais vilas paraibanas, o autor enfatiza a organização, no século XIX, desses grupos familiares no momento em que o governo central contrariava os interesses desses grupos e tentava impedir a manutenção das relações políticas nas suas localidades.

Em meio a este cenário é interessante lembrar que famílias, que também eram confundidas como elites locais, formaram uma elite regional e dentro de um contexto menos centralizado e articulado à corte do Rio de Janeiro, ajudaram na construção do estado nacional no período pós independência. Foram essas elites que mantiveram uma unidade de poder que de fato passou a possuir uma autonomia necessária dentro do cotidiano das províncias no Brasil, pois, segundo Mirian Dolhnikoff,

a unidade e a construção do Estado foram possíveis não pela ação de uma elite bem formada, articulada ao governo central, mas graças a um arranjo institucional que foi resultado de embates e negociações entre várias elites regionais que deveriam integrar a nova nação (DOLHNIKOFF, 2003: p. 432).

Assim sendo, entendemos que essa teia de privilégios dos setores familiares dentro da conjuntura política do Brasil/Paraíba, se esclarece ao percebermos o tom dos discursos das revistas do Instituto Histórico e Geográfico Paraibano, que de fato estão repletos de termos que exaltam os membros dessas grandes famílias, que também faziam parte do conjunto político das províncias. Tal perspectiva está “submetida à imposição, ligada a privilégios, enraizada em uma particularidade” (CERTEAU, 1982: 57). , e esta diz respeito à própria circunstância espacial, a qual estar inserido o agente do discurso legitimador, “em função deste lugar, que se instauram os métodos que se delineia numa topografia de interesses que os documentos, e as questões, que lhe são propostas, se organizam” (CERTEAU, 1982: 57).

O relato de Rodrigues de Carvalho mostra como, a partir do *status* social das famílias de Mamanguape, donas de terras, também se deu à organização das ações insurretas contra o governo central. O autor deixa claro primeiro a influência familiar de quem de fato detinha o acesso a terra, como sendo relevante nesse processo, para depois expor o contexto da insurreição, dentro da organização das principais famílias, contra as atitudes do governo central, isso se reflete nessa fala: “era em 1822 na cidade da Paraíba do Norte, os anti constitucionalistas, privados do poder, tramam se rebelarem na província” (CARVALHO, 1909, p. 207). Neste sentido, como chama a atenção Linda Lewin, “a terra cimentava os laços de identificação mais duradouros entre um grupo de parentes consangüíneos e os seus parentes colaterais mais distantes” (LEWIN, 1993: 123-125).

Diante do contexto político fica claro que a importância dos sobrenomes na Paraíba era sinônimo de pertencimento e abria possibilidades de se obter vantagens políticas. Em “Apanhados Históricos da Paraíba” (1922), Celso Mariz mostra como a política na província paraibana era dominada por grupos familiares, a exemplo dos diversos sobrenomes que já foram citados os quais também tiveram influência decisiva na fundação do Partido Conservador na Paraíba, assim percebemos como a política da província paraibana era regida de acordo com os interesses das relações de poder inseridas na autoridade familiar.

Além de empreender privilégios em meio ao setor político, tais figuras políticas e familiares eram destaques nas produções historiográficas do século XIX, onde sabemos que a partir da criação do Instituto Histórico Geográfico Brasileiro em 21 de outubro de 1838, e posteriormente com a criação dos Institutos Históricos e Geográficos regionais, a produção era voltada para atender a história das elites ou dos grandes homens que se destacaram em meio ao setor político de cada região. Seguindo o modelo de fazer história proposto pelo IHGB, ressaltando a importância da unidade nacional e a centralização política no país, os Institutos Históricos regionais tinham como função fazer a história política dos representantes políticos locais.

Como já nos referimos anteriormente, o setor militar também estabeleceu uma considerável parcela de importância no que diz respeito ao contexto das estratégias políticas dos representantes paraibanos nos anos 1820. As pesquisas realizadas nos diversos arquivos paraibanos, a exemplo do Arquivo Público da FUNESC (Fundação Espaço Cultural/PB), nos propiciaram contatos com diversos documentos que mostram a participação militar nos diversos assuntos políticos, envolvendo não apenas a província paraibana, como também as

relações desta para com o poder central no Rio de Janeiro. Entre os vários documentos, analisados e transcritos, foram encontrados informações mais especificamente sobre o ano de 1824. Em um deles encontramos uma correspondência datada de 7 de dezembro de 1824, remetida pela Secretaria de Estado dos Negócios da Guerra ao Comandante das Armas da província da Paraíba, contendo algumas determinações do imperador Pedro I, o qual dizia que:

Podendo acontecer que os governadores, ou comandantes das armas das províncias deste império julguem útil e conveniente ao serviço empregarem em alguma comissão oficial de ordenanças ou por distinto de merecimento pessoal, ou por circunstância de localidades. (Cx. 007/Arquivo Histórico/FUNESC PB)

Analisando o discurso do documento, podemos perceber como se caracterizavam as relações de poder entre as elites locais e o império, quando vemos nesses observamos termos como “merecimento pessoal” e “circunstâncias de localidades” para promover o exercício de algumas funções militares dentro da província da Paraíba. Mais adiante o documento analisado continua:

Resolveu por sua majestade o imperador visto pertencer à governança exclusiva daqueles oficiais de ordenanças, a jurisdição dos presidentes para conciliar a utilidade publica com a estabelecida divisão de poderes, que ocorrendo uma semelhança urgência, os governadores, ou comandantes das armas hajam de requisitar aos presidentes os oficiais de ordenanças que necessitarem. (Cx. 007/Arquivo Histórico/FUNESC PB)

Tendo percebido tais questões, acima abordadas, fica claro a importância em estabelecer a crítica ao documento, pois dentro de vários deste, transcritos e avaliados, percebeu-se de fato o sentido de se fazer à reprodução, a todo o instante, dos grandes personagens que constituíam as altas patentes paraibanas no período estudado.

Outro documento trabalhado no mesmo arquivo supracitado expõe assuntos referentes ao pagamento dos militares da província da Paraíba. Nesta documentação observamos questões pertinentes ao tema em que estamos trabalhando, principalmente quando analisamos as relações entre o imperador e as altas patentes paraibanas. O referido documento, datado de 17 de dezembro de 1825 afirma:

cumpre participar a V. Excelência em resposta ao seu ofício nº6 relativamente à gratificação de 30\$000 que pede o tenente da artilharia

Joaquim José Luis de Souza. Por comandar a companhia da mesma arma, a qual pelo decreto de 1 de dezembro do ano passado, teve a dominação de 5º corpo de artilharia, que achando-se a dita companhia ainda por completar, e não dando a tabela que acompanhou o decreto de 28 de março outra gratificação sendo de 10 mil réis aos tenentes(...) Fica claro que só, a esta tem direito, e que portanto vossa excelência a deve mandar continuar(...).(Cx. 007/Arquivo Histórico/ FUNESC PB).

Este documento refere-se a uma correspondência do Barão de Lajes ao então presidente de província Francisco de Seixas Machado, afirmando que a gratificação do Tenente da Artilharia, Joaquim José Luis de Souza, não seria mais de 30 mil réis e que um novo decreto, de 28 de março de 1825, diminui a gratificação do Tenente para 10 mil réis. Fazendo uma leitura mais minuciosa, podemos perceber um pouco sobre o contexto paraibano nesse momento. É bom lembrar que o ano de 1824, mais especificamente no mês de julho, o Brasil foi marcado pelos conflitos da Confederação do Equador, e um documento como esses mostra de fato os interesses do poder central em estabelecer algumas restrições aos poderes locais, em virtude do receio de novos conflitos armados contra ordem imperial.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Após a repressão realizada pelo Império contra o movimento de contestação política de 1824, a Confederação do Equador, começava a surgir no cenário político um momento de redefinição que estava na ordem do dia no cenário político do Brasil. A partir de então foi sendo organizada a máquina administrativa e política com a implantação das Presidências de Província, que representava o poder central, instalado na Corte, em todo o território do Brasil, tendo em vista que o cargo de Presidente era uma atribuição do imperador. Os Conselhos Provinciais que são criados com a Carta de 1824, mas sem função legislativa. Vale ressaltar que esses Conselhos, mais a frente, com a abdicação do imperador em 1831 e com o Ato Adicional de 1834, vão se transformar nas Assembléias Legislativas Provinciais.

Fica claro, portanto, a importância de relacionar as questões envolvendo as estratégias políticas na província paraibana com o contexto militar da época e as relações de poder, estabelecidas também pelo sobrenome familiar para compreendermos o tema que estamos trabalhando, o qual envolve o contexto e as estratégias políticas dos representantes paraibanos na década de 1820. Mesmo sabendo que nossa pesquisa ainda se situa em fase de desenvolvimento, foi de extrema importância levantar tais dados, pois o acúmulo de

documentação transcrita, assim como, as referências bibliográficas estudadas ao longo dos nossos estudos se estruturaram em um verdadeiro arcabouço para futuras publicações.

Lembramos também que nosso trabalho sobre o contexto político paraibano, no referido recorte temporal, é pertinente, tendo em vista o número de material coletado para esta comunicação. Muito embora ainda haja muitas fontes a serem estudadas para que outros trabalhos como este possam ser desenvolvidos, a fim de contribuir para as (en)trelinhas da História da Paraíba.

A lacuna que ainda persiste sobre questões envolvendo política no período da formação do estado nacional brasileiro na historiografia, principalmente nos livros didáticos, nos impulsionam a realizar pesquisas como esta, para de fato trazermos à tona as diversas manobras e estratégias dos representantes políticos paraibanos e a participação desta província frente ao cenário nacional na década de 1820.

REFERÊNCIAS:

Fontes:

Documentos do Arquivo Histórico da Paraíba (FUNESC PB): Caixa 007/1824-1825.

CUNHA, Joaquim Carneiro da. Atas da Assembléia Constituinte de 1823. João Pessoa, 1823.

Revistas:

CARVALHO, Rodrigues de. Mamanguape na política de 1822. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Paraibano*, João Pessoa, v.1, n.1, p.206-209, 1909.

MONTEIRO, J. C. Carneiro, A Parahiba na Revolução de 1824. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Paraibano*, João Pessoa, v.3, n.3, p.44, 1911.

Bibliografia:

CERTEAU, Michel de. *“A Escrita da História”*. Rio de Janeiro: Forense, 1982.

DOLHNIKOFF, Mirian *“Elites Regionais e a Construção do Estado Nacional”* In, JANCSÓ, István (org.) **Brasil: Formação do Estado e da Nação**. São Paulo: FAPESP, 2003.

LEWIN, Linda. *“Política e Parentela na Paraíba”*: um estudo de caso da oligarquia de base familiar. Rio de Janeiro: Record, 1993.

MARIZ, Celso. *“Apanhados Históricos da Paraíba”*. João Pessoa: A União, 1994

(1922).

NEVES, Lúcia M. Bastos P. Neves “*Estado e política na independência*” In, GRINBERG, Keila & SALLES, Ricardo (Org.): **O Brasil Imperial Volume I – 1808 – 1831**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2009.

RODRIGUES, José Honório. “*A Assembléia Constituinte de 1823*”. Petrópolis: Vozes, 1974.